

Estudo bibliométrico de teses e dissertações brasileiras (1996-2018) sobre materiais didáticos específicos e diferenciados para populações indígenas

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi¹, Alexandre Masson Maroldi², Carlos Roberto Massao Hayashi³

^{1, 3}Universidade Federal de São Carlos - UFSCar. Departamento de Ciências da Informação. Programas de Pós-Graduação em Educação, Educação e Ciência, Tecnologia e Sociedade. Rodovia Washington Luis, km 235. São Carlos - SP. Brasil.

²Universidade Federal de Rondônia - UNIR.

Autor para correspondência/Author for correspondence: dmch@ufscar.br

RESUMO. No âmbito acadêmico o debate sobre a elaboração de materiais didáticos específicos e diferenciados para os povos indígenas tem sido frequente visando romper com sua invisibilidade no contexto da educação escolar. Com o objetivo investigar como esse debate permeia os trabalhos defendidos em programas de pós-graduação no Brasil, e buscando respostas sobre como se configura essa produção científica foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, conduzida com abordagens bibliométrica e de conteúdo. Os dados foram coletados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD/IBICT) utilizando as expressões “materiais didáticos indígenas” e “livros didáticos indígenas”, que resultaram em dissertações (n=29) e teses (n=3). A análise bibliométrica dos trabalhos revelou a evolução temporal (1996-2018), as instituições (n=17), regiões geográficas (n=5) e áreas dos programas de pós-graduação (n=11). A análise de conteúdo expôs os objetivos (n=4); a tipologia dos materiais didáticos (n=8); os níveis de ensino (n=2), as disciplinas (n=5) e as etnias (n=42) às quais se destinam esses materiais didáticos. Concluiu-se que apesar de importantes, ainda são poucos os trabalhos de pós-graduação que aceitaram os desafios e complexidade inerentes à elaboração e análise de materiais didáticos específicos no contexto da educação escolar indígena. Isto requer um olhar mais crítico sobre a representação e participação dos povos indígenas na preparação desses materiais.

Palavras-chave: Materiais Didáticos Específicos, Livro Didático Indígena, Educação Escolar Indígena, Análise Bibliométrica.

Specific and differentiated didactic materials for indigenous populations: bibliometric study of Brazilian's theses and dissertations (1996-2018)

ABSTRACT. In the academic sphere, the debate on the development of specific and differentiated teaching materials for indigenous peoples has been frequent in order to break with their invisibility in the context of school education. To investigate how this debate permeates the works defended in postgraduate programs in Brazil and seeking answers on how this scientific production is configured, an exploratory and descriptive research was conducted, conducted with bibliometric and content approaches. Data were collected at the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD / IBICT) using the expressions “indigenous teaching materials” and “indigenous teaching books”, which resulted in dissertations (n=29) and theses (n=3). The bibliometric analysis of the works revealed the temporal evolution (1996-2018), the institutions (n=17), geographic regions (n=5) and areas of the graduate programs (n=11). The content analysis exposed the objectives (n=4); the typology of teaching materials (n=8); the educational levels (n=2), the subjects (n=5) and the ethnic groups (n=42) to which these teaching materials are destined. It was concluded that, in the scope of postgraduate studies, there are still few works that accepted the challenges and complexity inherent to the elaboration and analysis of specific didactic materials in the context of indigenous school education, requiring a more critical look at the representation and participation of indigenous people in the preparation of these materials.

Keywords: Instructional Materials, Indigenous Textbooks, Indigenous School Education, Bibliometric Analysis.

Materiales didácticos específicos y diferenciados para poblaciones indígenas: estudio bibliométrico de tesis y disertaciones brasileñas (1996-2018)

RESUMEN. En el ámbito académico, el debate sobre el desarrollo de materiales didácticos específicos y diferenciados para los pueblos indígenas ha sido frecuente para romper con su invisibilidad en el contexto de la educación escolar. Para investigar cómo este debate impregna los trabajos defendidos en los programas de posgrado en Brasil, y para buscar respuestas sobre cómo se configura esta producción científica, se realizó una investigación exploratoria y descriptiva, realizada con enfoques bibliométricos y de contenido. Los datos se recopilaron en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD / IBICT) utilizando las expresiones “materiales de enseñanza indígena” y “libros de enseñanza indígena”, que dieron como resultado disertaciones (n=29) y tesis (n=3). El análisis bibliométrico de los trabajos reveló la evolución temporal (1996-2018), las instituciones (n=17), las regiones geográficas (n=5) y las áreas de los programas de posgrado (n=11). El análisis de contenido expuso los objetivos (n=8); la tipología de materiales didácticos (n=4); los niveles educativos (n=2), las asignaturas (n=5) y los grupos étnicos (n=42) a los que se destinan estos materiales didácticos. Se concluyó que en el ámbito de los estudios de posgrado todavía hay pocos trabajos que acepten los desafíos y la complejidad inherentes a la elaboración y análisis de materiales didácticos específicos en el contexto de la educación escolar indígena, que requieren una mirada más crítica de la representación y participación de pueblos indígenas en la preparación de estos materiales.

Palabras clave: Materiales Didácticos Específicos, Libros Didácticos Indígenas, Educación Escolar Indígena, Análisis Bibliométrico.

Introdução

No Brasil, como em outras sociedades, o longo processo histórico da educação indígena enquanto produto da colonização, do desenvolvimento da sociedade industrial e da globalização foi permeado de lutas, confrontos, transformações e solidariedade (Mello, Sousa, Palomino, 2018, p. 1). As autoras assinalam que no centro do debate sobre e entre povos indígenas sobre educação escolar indígena estão temas como autodeterminação, aculturação, preservação dos seus territórios e tradições e a negociação de costumes voltados para as culturas nacionais. Além disso, enfatizam que os marcos legais da educação indígena no país sofreram influências internacionais desde “a bula papal e tratados entre reinos colonizadores, à Declaração dos Direitos Humanos, à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho”.

A população indígena do Brasil, de acordo com os dados do Censo Demográfico Indígena realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi estimada em 896.917 indivíduos, o que representa 0,4% da população total do país. Desse conjunto, 57,7% (517.383) residiam nas terras indígenas e 42,3% (379.534) fora delas. Em termos da distribuição regional dessa

população total, a região Norte, com 342.836 indígenas, revela a sua importância como a mais populosa no País, seguida pelas regiões Nordeste (232.739), Centro-Oeste (143.432), Sudeste (99.137) e Sul (78.773). Por sua vez, o conjunto de terras indígenas reconhecidas totalizou 2.830, considerando aquelas que estão em situação fundiária delimitada, declarada, homologada, regularizada e em processo de aquisição como reservas indígenas. Nas terras indígenas foram declaradas 274 línguas indígenas faladas pelos indígenas de cinco anos ou mais de idade. Quanto ao número de povos ou etnias – assim consideradas enquanto a comunidade definida por afinidades linguísticas, culturais e sociais – foram contabilizadas 305, contudo 16,4% declararam não saber o nome da etnia ou povo ao qual pertenciam, sendo que esses indígenas estavam, na sua maioria, concentrados fora das terras, e 6% não fizeram nenhum tipo de declaração de etnia, ficando assim o quesito sem declaração (IBGE, 2012).

No que se refere à educação, os resultados do Censo 2010 confirmaram que o indígena residente no Brasil detém nível educacional inferior ao da população não indígena. Contudo, como ressalta o IBGE (2012, p. 70), as informações contidas nessas estatísticas “não permitem

aprofundamentos, com destaque para os currículos diferenciados, o conhecimento dos saberes tradicionais, principalmente, o uso das línguas indígenas, entre outros”.

Essa constatação remete à diferença existente entre os conceitos de educação indígena e educação escolar indígena, conforme destacado por Meliá (1979) ao pontuar que a primeira seria caracterizada como os modos específicos utilizados pelos indígenas para socialização dos jovens de suas comunidades, de acordo com os padrões tradicionais dessas sociedades, enquanto a segunda seria marcada pela imposição da cultura não indígena por meio da escola. Em suma, o ponto fulcral dessa visão é a distinção que deve ser feita entre “educação do indígena”, baseada no seu próprio sistema educacional ao qual a educação escolar deveria se justapor e não substituir, e a “educação para o indígena”, isto é, aquela imposta aos povos indígenas no contexto do uso da escrita em sociedades ágrafas como forma de dominação.

Esse debate teve continuidade nos anos 1980, quando foi promulgada a Constituição Brasileira (Brasil, 1988) que preconizou como dever de Estado o

oferecimento de uma educação escolar bilíngue e intercultural para fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna de cada comunidade indígena. Para Grupioni (2001, p. 131), “o maior saldo da CF [Constituição Federal] foi o abandono da postura integracionista, que “rompeu com uma tradição da legislação brasileira que sempre procurou integrar os índios à “comunidade nacional” vendo-os como uma categoria étnica e social transitória, fadada ao desaparecimento”.

Desde então, várias diretrizes, normas e legislações foram promulgadas visando o desenvolvimento de uma educação escolar indígena baseada nos pressupostos da interculturalidade, especificidade e diferenciação. Apesar desses marcos legais terem sido amplamente divulgados na maioria dos trabalhos sobre a temática indígena, e mesmo correndo o risco da repetição, ainda assim é válido sintetizar esse conjunto de preceitos (Quadro 1) considerando a importância de os neófitos na temática refletirem sobre a longa trajetória de institucionalização da educação escolar indígena no país desde 1991 até 2017.

Quadro 1 - Marcos legais e diretrizes da educação escolar indígena no Brasil após a CF de 1988

Legislação / Ano	Síntese
1991 - Decreto nº 26, de 4 de fevereiro	Dispõe sobre a educação indígena no Brasil, atribuindo ao Ministério da Educação (MEC) a competência para coordenar ações em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) que passa a ser o órgão executor das políticas de educação escolar indígena.
1993 - Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena	Baseado nos direitos constitucionais dos índios, estabelece os princípios organizadores da prática pedagógica que visa se constituir em instrumento essencial na implantação de uma política que garanta concomitantemente o respeito à especificidade dos povos indígenas frente aos não-índios e à sua diversidade linguística, cultural, histórica.
1996 - Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)	Institui, como dever do Estado, o direito dos povos indígenas a uma educação escolar que contemple suas culturas e garanta o acesso ao conhecimento da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não-índias.
1998 – Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas	Elaborado em atendimento às determinações da LDBEN, estabelece diretrizes gerais para o trabalho educativo junto às comunidades indígenas pautadas na pluralidade e diversidade das múltiplas programações curriculares dos projetos históricos e étnicos específicos.
1999 - Parecer nº. 14/1999 e Resolução nº.3/1999	Apresenta a fundamentação da escola indígena, determinando sua estrutura e funcionamento, além de definir competências para a formação do professor indígena, o currículo da escola e sua flexibilização, e propor ações visando a educação escolar indígena.
2002 - Referenciais Curriculares para a Formação de Professores Indígenas	Subsídia a discussão para a implantação de programas de formação inicial de professores indígenas, visando a sua habilitação no magistério intercultural.
2004 - Decreto Presidencial nº 5.051, de 19 de abril	Promulga a Convenção nº 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes garantindo que cada etnia possa se encarregar de conceber o seu próprio projeto educacional.
2008 - Lei nº. 11.645, de 10 de março	Inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.
2009 - Decreto nº. 6.861/2009, de 27 de maio	Cria os Territórios Etnoeducacionais, estruturados de acordo com os critérios das relações interétnicas, das filiações linguísticas e da territorialidade dos povos indígenas, apresentando--se como estratégia de organização e gestão da educação escolar indígena.
2010 - Portaria nº 734, de 7 de junho	Cria a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) composta por representantes governamentais, da sociedade civil e dos povos indígenas, com a atribuição de assessorar o MEC na formulação de políticas para a educação indígena.
2011 - Lei 12.416, de 9 de junho	Altera a LDBEN para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas.
2012 - Resolução nº 5, de 22 de junho	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, e sua organização em todas etapas e modalidades segundo os princípios da igualdade social, da diferença, do bilinguismo e da interculturalidade.
2013 - Portaria nº 1.062, de 30 de outubro	Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais, anunciando a ampliação e a qualificação da oferta de educação escolar indígena em todos os níveis.
2017 - Lei no. 13.415, de 16 de fevereiro.	Altera a LDBEN tornando obrigatório o ensino da língua portuguesa e da matemática no ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas.

Fonte: Adaptado de Maroldi (2017).

Apesar dos avanços expostos no Quadro 1, vale destacar que a conquista da autonomia pedagógica pelos povos indígenas nos processos educativos tem sido árdua e nem sempre isenta de entraves, muitas vezes ditados por práticas e políticas educacionais que desconfiguram a plena efetivação de uma educação escolar indígena assentada no paradigma da diversidade étnico-cultural e linguística. Como referem Mello, Sousa e Palomino (2018, p. 13), a escola indígena “deve ser moldada em seu território, para ser uma escola comunitária, e não somente uma escola na comunidade”.

Diante dessa conjuntura, assume significativa importância o debate acadêmico sobre a elaboração de materiais didáticos específicos e diversificados para romper com a invisibilidade dos povos indígenas no contexto da educação escolar. É dessa perspectiva que esse artigo se tem como objetivo investigar como tal debate tem permeado os trabalhos defendidos em programas de pós-graduação no país, por meio de um estudo orientado pela busca de respostas para a seguinte questão: como se configura essa produção científica?

As etapas dos procedimentos adotados para a composição do *corpus* da pesquisa, a metodologia adotada e a análise dos resultados estão detalhadamente descritas nas próximas seções.

Método

Tendo como base o objetivo e a pergunta de pesquisa propostos, o estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo orientado pela abordagem metodológica da análise bibliométrica combinada com a análise de conteúdo (Silva, Hayashi & Hayashi, 2011), métodos que têm sido adotados em diversos campos de conhecimento, pois permitem realizar um estado da arte da literatura científica investigada, entre eles o da educação (Esen, Bellibas & Gumus, 2018; Redondo, Sánchez-García & Etura, 2017), e inclusive em estudos sobre educação indígena (Maroldi, 2017; Maroldi, Lima, Hayashi & Hayashi, 2017a; Maroldi, Lima, Hayashi & Hayashi 2017b; Maroldi, Lima & Hayashi, 2018a; Maroldi, Lima & Hayashi, 2018b) que os autores desse artigo têm desenvolvido.

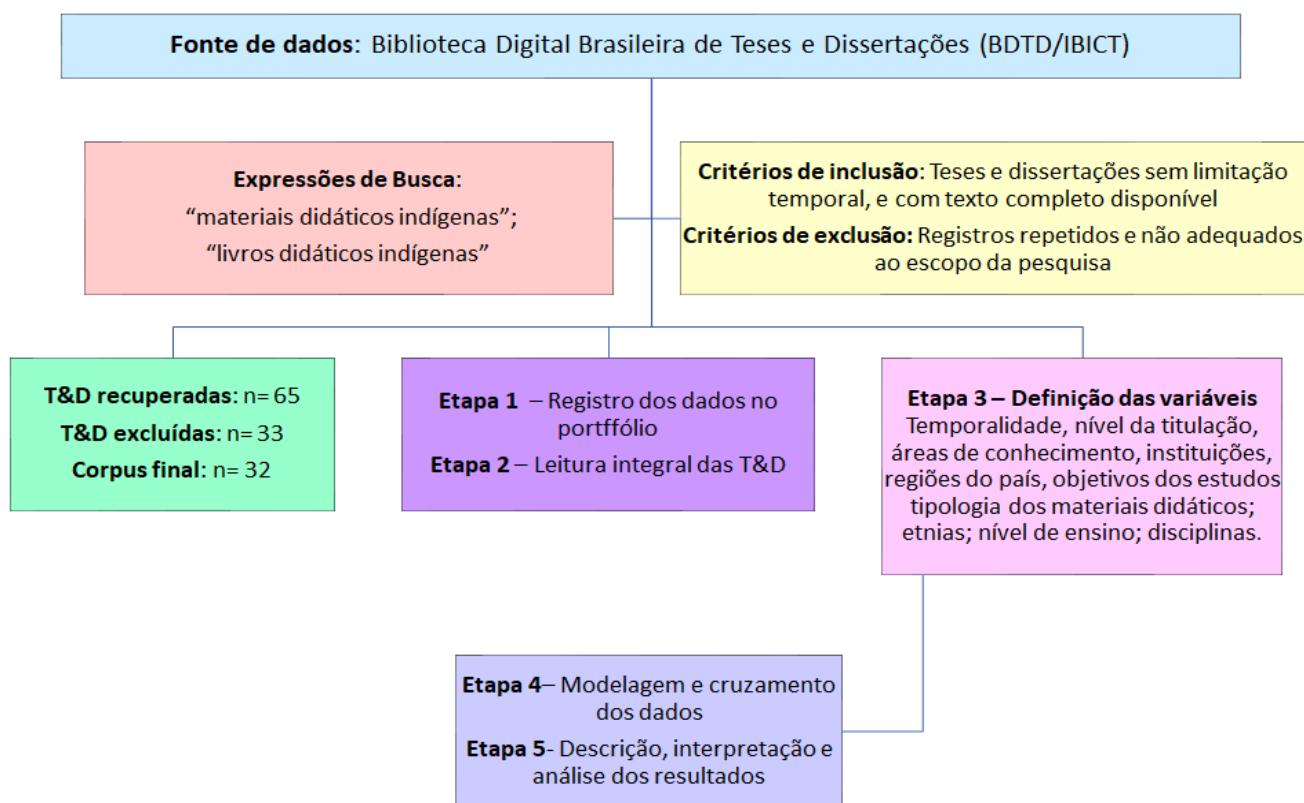
A fonte de dados foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que é mantida pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e integra em um só portal o acesso a textos completos de trabalhos acadêmicos de mestrado (n=395.905) e doutorado (n=143.037) que estão disponíveis nas bibliotecas e repositórios das instituições de ensino superior e de pesquisa (n=114) em que

foram defendidos e são integrantes da rede BDTD.

A coleta de dados ocorreu em maio de 2019, mediante a utilização das expressões de busca: “materiais didáticos indígenas” e “livros didáticos indígenas”. Foram definidos como critérios de inclusão dos registros a disponibilização dos textos completos, sem delimitação temporal, visando recuperar a evolução da produção científica sobre a temática pesquisada ao longo dos anos. A exclusão de trabalhos levou em conta os seguintes aspectos: registros repetidos e aqueles sem aderência ao escopo da pesquisa, isto é, embora

apresentassem os termos de busca no título, resumo ou palavra-chave, a leitura do texto completo revelou a ausência de abordagem sobre a produção e elaboração de materiais didáticos específicos e diferenciados no contexto da educação escolar indígena. Após a aplicação desses critérios foram identificadas as dissertações de mestrado (n=29) e as teses de doutorado (n=3) que constituíram o *corpus* da pesquisa. O fluxograma exibido na Figura 1 apresenta a constituição do *corpus* investigado e as etapas de desenvolvimento da pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma da constituição do corpus e etapas da pesquisa.



Fonte: Elaborado pelos autores (2019).

Os dados coletados foram registrados em uma planilha Excel contendo as variáveis necessárias para a realização das análises bibliométrica e de conteúdo e que permitiram traçar:

a) o panorama bibliométrico: temporalidade dos documentos, o nível de titulação obtido (mestrado acadêmico, mestrado profissional ou doutorado), as áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação, as instituições, e regiões do país.

b) o perfil dos estudos: objetivos das pesquisas; tipologia dos materiais didáticos; etnias, nível de ensino e disciplinas às quais se destinam os materiais didáticos específicos e diferenciados.

Em seguida foi realizada a modelagem dos dados para eliminar possíveis inconsistências, tais como: divergências na data de defesa registrada na BDTD/IBICT e no texto completo do trabalho; o nome completo dos autores e

orientadores, entre outros. Na etapa subsequente, algumas variáveis foram cruzadas visando estabelecer comparações entre os achados da pesquisa. Os resultados quantitativos foram descritos em gráficos e tabelas para melhor visualização, e as análises e interpretações do corpus pesquisado foram baseadas na literatura científica sobre educação escolar indígena.

A seguir, são apresentados e discutidos os resultados obtidos que estão organizados em dois tópicos de acordo com as análises bibliométrica e de conteúdo realizadas.

Resultados e Discussão: Panorama bibliométrico

A produção científica analisada abrange o período entre 1996 e 2018 (Figura 2) e é composta por dissertações de mestrado acadêmico (n=26), mestrado profissional (n=3) e teses de doutorado (n=3).

Figura 2 - Distribuição temporal das dissertações e teses.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

As dissertações de mestrado profissional, modalidade de pós-graduação brasileira têm como característica principal, de acordo com Ferreira, Tavares e Kebian (2012, p. 764) “a possibilidade de aproximar a pesquisa do exercício profissional, gerando inovações que atendam aos avanços da profissão, sendo essa a principal diferença em relação ao mestrado acadêmico”.

Observa-se na Figura 2, que apresenta a evolução temporal dos trabalhos, um padrão constante de distribuição dessa produção científica no período que abrange 1996 até 2008, com média de uma dissertação por ano, com exceção do ano 2008 que apresenta a primeira tese defendida. Esse mesmo padrão se repete no período entre 2016 e 2018, com acréscimo de três teses no período. Por sua vez, a maioria dos trabalhos (n=16) representando 50% do total dos períodos iniciais e finais, concentra-se no período entre 2009 e 2015.

Os resultados da Figura 2 quando confrontados com os marcos legais da educação indígena no Brasil (Quadro 1) sugerem que a promulgação da LDBEN em 1996 tenha sido um ponto de inflexão para mobilizar a comunidade acadêmica da pós-graduação a refletir e discutir em seus trabalhos os princípios organizadores da prática pedagógica que visa a garantia e o

respeito à especificidade dos povos indígenas frente aos não índios, e à sua diversidade linguística, sociocultural e histórica e os impactos que essas diretrizes teriam na produção e elaboração dos materiais didáticos específicos e diferenciados no contexto da educação indígena.

Por exemplo, naquele ano, a dissertação de Vencio (1996) apresenta o relato de uma experiência do povo Jarawara com a escrita. Embora sendo uma sociedade de tradição oral, a autora relata que esses indígenas assumiram o controle do processo de escolarização adaptando-o à espontaneidade própria de sua cultura, substituindo o livro didático em constante atualização e criaram a Carta Jawarara, tendo como principal característica o fato de ser escrita para uma pessoa em particular, mas lida por todos.

Pode-se observar que no período entre 2009 e 2015 a produção científica sobre a elaboração e produção de materiais didáticos específicos e diferenciados atinge o seu ápice. Nesse período, é válido lembrar que ocorreu a criação e instituição dos Territórios Educacionais (Decreto n. 6.861, 2009; Portaria n. 1.062, 2013) e a definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, que passaram a orientar a sua organização em

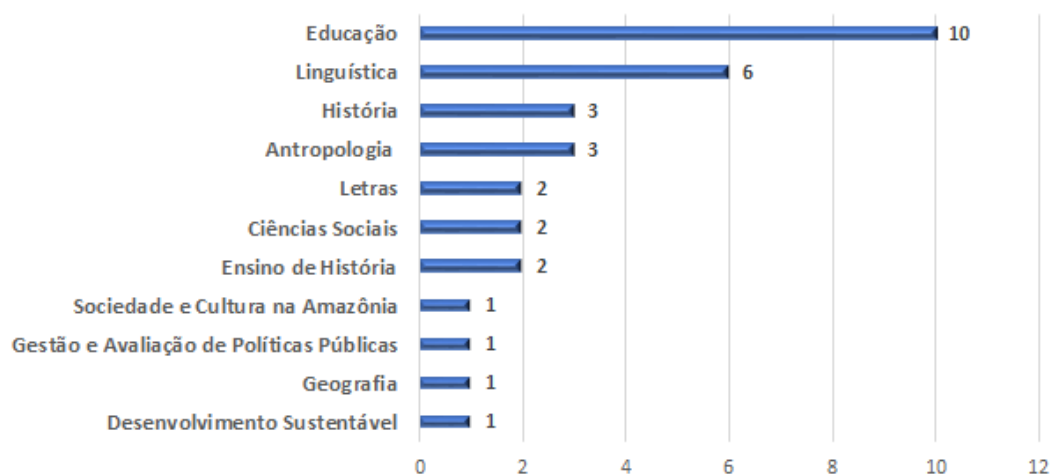
todas as etapas e modalidades segundo os princípios da igualdade social, da diferença, do bilinguismo e da interculturalidade (Resolução n. 5, 2012). Essa legislação pode ter suscitado o debate acadêmico que se reflete nas teses e dissertações analisadas, uma vez que tornaram obrigatória a observância desses aspectos na elaboração de currículos e na produção de materiais didáticos específicos e diferenciados para os povos indígenas.

Mesmo observando-se um crescimento dessa literatura no período entre 2009 e 2015, contemplando 50% dos trabalhos, o total de teses e dissertações que compuseram o *corpus* da pesquisa (n=32) sobre materiais didáticos específicos e diferenciados ainda é muito pequeno frente ao longo período decorrido desde a promulgação da LDBEN (1996) que garantiu o direito aos povos indígenas a uma educação que contemple sua

diversidade sociocultural e linguística, até os dias atuais.

Também foram pesquisadas as áreas de conhecimento dos programas de pós-graduação em que as teses e dissertações foram defendidas (Figura 3). Os resultados apontaram que a maioria, representada por 31,3% (n=10), é oriunda da área de Educação, seguida pelos trabalhos da área de Linguística, com 18,8% (n=6), de História, com 9,4% (n=3) e de Antropologia, com 9,4% (n=3). As áreas de Ciências Sociais, Letras, e Ensino de História representaram 18,8% (n=6) do total, cada uma com 6,4% (n=2). As demais teses e dissertações, representando 12,5% (n=4) do total, são das áreas de Geografia, Desenvolvimento Sustentável, Sociedade e Cultura na Amazônia e Gestão e Avaliação de Políticas Públicas, com apenas um trabalho cada.

Figura 3 - Áreas de conhecimento de acordo com os programas de pós-graduação.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

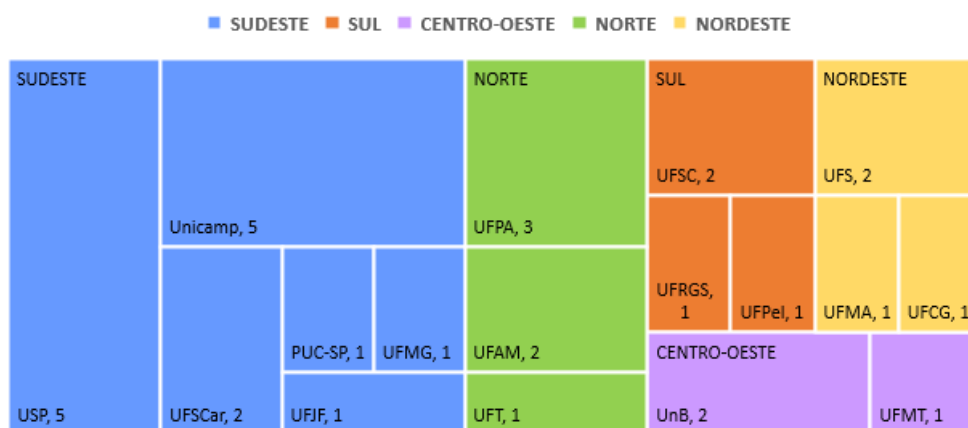
Ao revelar que as áreas de Educação, Linguística e Antropologia são majoritárias nas pesquisas sobre materiais didáticos específicos e diferenciados no contexto da educação indígena verifica-se que esses resultados estão em consonância com o estudo realizado por Maroldi, Lima, Hayashi & Hayashi (2017a), que analisaram a produção científica de teses e dissertações sobre educação indígena no Brasil.

Na área de Educação, as teses e dissertações (n=10) se voltaram para o estudo dos impactos dos materiais didáticos sobre as práticas educativas desenvolvidas no contexto da educação escolar indígena. Os estudos do campo da Linguística (n=6) realizaram análises da

leitura e escrita da língua nas sociedades indígenas, enfocando aspectos como o letramento, o bilinguismo e os textos enquanto discurso linguístico do professor não índio e do aluno indígena. Por sua vez, os estudos da área de Antropologia (n=3) utilizaram a abordagem etnográfica para investigar aspectos como valores, crenças, ideologia e identidade étnica, entre outros, e que permeiam as culturas tradicionais, buscando articular a presença desses conceitos na produção e elaboração de materiais didáticos específicos e diferenciados.

A Figura 4 mostra a distribuição das teses e dissertações de acordo com as instituições em que foram defendidas e sua distribuição nas cinco regiões do país.

Figura 4 - Instituições x Regiões do País



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Pode-se observar a concentração de estudos em programas de pós-graduação da região Sudeste (n=15) representando 46,9% do total. Em seguida, comparece a região Norte, com 18,8% (n=6) dos

trabalhos que juntamente com aqueles da região Nordeste (n=4) atingem 31,3% (n=10) do total de trabalhos. As regiões Sul, com 12,5% (n=4) e Centro-Oeste, com 9,4% (n=3), obtiveram os menores índices.

Uma possível explicação para essa distribuição caminha em duas direções. A primeira está relacionada com a distribuição geográfica dos programas de pós-graduação do Brasil, conforme os dados do sistema de informações georreferenciadas Geocapes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2018a), fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. Esse banco de dados mostra que a maioria dos programas de pós-graduação está concentrada em instituições nas regiões Sudeste e Sul do país.

A segunda explicação para que a distribuição das teses e dissertações esteja concentrada na região Sudeste do país, em instituições como a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), pode estar relacionada ao fato de que as linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação dessas instituições estejam voltadas para o

ensino de disciplinas como História e Geografia aplicadas a populações indígenas, ao estudo dos aspectos histórico-culturais e da literatura e línguas indígenas, bem como aos processos e práticas educativas no contexto da educação escolar dessas sociedades, favorecendo e atraindo estudantes de pós-graduação que queiram se dedicar ao estudo dessas temáticas, como é o caso dos autores das teses e dissertações analisadas.

Perfil dos estudos

Por meio da leitura integral das teses e dissertações que compuseram o *corpus* investigado (n=32) foi realizada a análise de conteúdo dos trabalhos, o que permitiu explorar os diversos aspectos abordados. Por exemplo, os tipos de abordagem dos materiais didáticos foram extraídos da análise dos objetivos das teses e dissertações, conforme exposto na Tabela 1.

Tabela 1 - Objetivos dos estudos por autores, anos e total de teses e dissertações

Objetivos	Autores/Ano	Total
Análise e representação de indígenas em materiais didáticos	Barros (2001); Gobbi (2006); Santiago (2007); Cruz (2009); Macêdo (2009); Costa (2012); Monteiro (2012); Palhares (2012); Santos (2012); Valentini (2018); Silva (2014); Sanchez (2015); Lima (2016); Nobre (2017); Biazetto (2017); Sánchez (2018)	16
Elaboração de materiais didáticos por indígenas	Vencio (1996); Borges (1998); Carvalho (2006); Nincao (2008); Duarte (2009); Deluci (2013); Silva (2016); Rubim (2016)	8
Análise de materiais didáticos elaborados por indígenas	Moraes (2009); Quaresma (2012); Sousa (2013); Lira (2015)	4
Análise de materiais didáticos elaborados para indígenas	Scaramuzzi (2008); Ives (2014); Silva (2015); Santos (2017)	4

Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

É válido esclarecer que a perspectiva teórica de Meliá (1979) foi adotada para a categorização dos materiais didáticos indígenas abordados nos trabalhos: aqueles que foram elaborados “por” indígenas, e os produzidos “para” os indígenas. Ou seja, os primeiros são baseados no próprio sistema educacional indígena que entende a educação escolar como aquela que se justapõe, mas não substitui a educação existente, enquanto os segundos podem ser caracterizados como uma forma de dominação que se dá pela imposição da cultura não indígena pelo uso da escrita em sociedades ágrafas.

A problemática da diversidade étnica em materiais didáticos também já havia sido apontada por Lima (1995, p. 407) ao destacar que “a imagem dos índios, populações nativas ao território que hoje definimos como brasileiro, tem sido construída de modo simplificador e estereotipado, tanto pela historiografia mais tradicional, quanto pelos livros didáticos que a reproduzem”.

Os resultados da Tabela 1 mostram que metade (n=16) das teses e dissertações se dedicaram a analisar a representação do povo indígena em materiais didáticos, com trabalhos que tomaram como objeto de estudo o livro didático distribuído ao ensino fundamental e médio, principalmente após a obrigatoriedade da

inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” no currículo oficial da rede de ensino (Lei n. 11.645, 2008). Entre esses trabalhos destacam-se dois por terem analisado a representação indígena em outros tipos de materiais didáticos, as produções cinematográficas (Sanchez, 2015) e os vídeos do Youtube (Valentini, 2018).

A elaboração de materiais didáticos específicos e diferenciados por indígenas foi a preocupação de um quarto dos trabalhos analisados (n=8) incluindo aqueles que se dedicaram a estudar a produção de cartilhas de alfabetização elaboradas na língua mãe dos indígenas (Vencio, 1996; Nincao, 2008; Duarte, 2009) enquanto os demais abordaram outros tipos de materiais. A análise de materiais didáticos elaborados “por” (n=4) e destinados “para” (n=4) incluiu professores e indígenas de várias etnias.

Ao aprofundar a análise das teses e dissertações foram identificados os tipos de materiais didáticos (n=8) tomados como objeto de estudo nesses trabalhos. Verificou-se que prevaleceram as seguintes tipologias: livros didáticos (n=20) e paradidáticos (n=1) representados por 65,6% (n=21) do total de trabalhos seguidos pelas cartilhas de alfabetização com 15,6% (n=5). Os demais tipos de materiais didáticos investigados (n=6) com

um estudo cada, a saber: produções cinematográficas, vídeos no Youtube, jogos educativos, histórias em quadrinhos, materiais cartográficos e aplicativo para

celular, conforme apontam os dados da Figura 5.



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Prevalecem nessa tipologia os livros didáticos (n=20) e paradidáticos (n=1), representados por 65,6% (n=21) do total de trabalhos seguidos pelas cartilhas de alfabetização com 15,6% (n=5).

O livro didático já foi objeto de reflexões críticas realizadas por inúmeros autores (Bonazzi & Eco, 1972; Freitag, Motta & Costa, 1987; Schäffer, 1988; Choppin, 2004; Luca, 2009; Silva, 2012) que entre outros aspectos abordaram as diversas funções e usos desse tipo de material didático. No contexto da educação escolar indígena a análise crítica do livro didático indígena realizada por Grupioni (1995) é digna de nota, ao abordar o preconceito e a discriminação que atinge as sociedades indígenas e seus reflexos nos materiais didáticos, especialmente o livro

didático. Por exemplo, entre outras questões importantes, o autor aborda as formas como as sociedades indígenas são retratadas nesse material, “geralmente pela negação de traços culturais considerados significativos: falta de escrita, falta de governo, falta de tecnologia para lidar com metais, nomadismo, etc.”, bem como aos manuais didáticos que “operam com a noção de *índio genérico* [grifo do autor], ignorando a diversidade que sempre existiu entre estas sociedades” (Grupioni, p. 488-489).

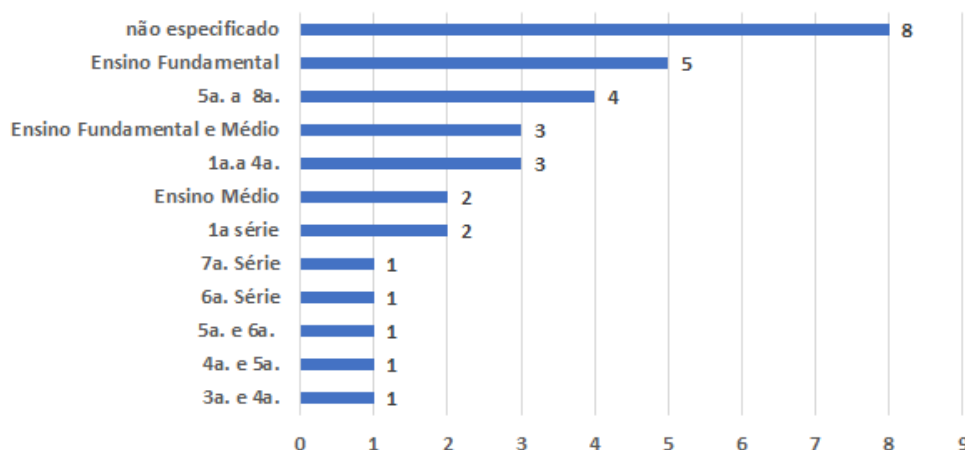
Na Figura 5 observa-se que os demais materiais didáticos analisados nas teses e dissertações totalizaram 18,8% (n=6) evidenciando sua diversidade, tais como produções cinematográficas (Sanchez, 2015) e vídeos do Youtube

(Valentini, 2018) comentados anteriormente, bem como jogos educativos (Ives, 2014), materiais cartográficos, como mapas e sistemas globais de posicionamento (Carvalho, 2006), histórias em quadrinhos e aplicativo de tradutor da

língua indígena para celular (Rubim, 2016).

Também foi investigado para quais níveis de ensino – fundamental ou médio – e séries que esses materiais didáticos são destinados, e a Figura 6 mostra os resultados obtidos.

Figura 6 - Níveis de ensino e séries abrangidas pelos materiais didáticos



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Nota-se na Figura 6 que um quarto dos trabalhos (n=8) não especificaram o nível ou a série para as quais os materiais didáticos indígenas analisados ou elaborados são destinados. Contudo, prevaleceu o ensino fundamental em geral se forem somadas todas as séries incluídas nesse nível, isto é, da 1ª à 8ª, com menor expressividade para os materiais didáticos para o ensino médio, denotando a necessidade de mais estudos que enfoquem esse nível de ensino.

Aliado aos níveis e séries de ensino a análise das teses e dissertações também se voltou para as disciplinas que os materiais didáticos indígenas abrangem.

Os resultados obtidos apontaram que a maioria dos trabalhos (n=16) abordaram as disciplinas de História e Geografia incluindo História do Brasil e História das Américas. As disciplinas Línguas Indígenas (Kokama, Apurinã, Jarawara, Maxakali e Terena) e Português Línguas Indígenas (Bakairi e Mebengokre) foram focalizadas em 21,8% (n=7) dos trabalhos. 12,5% (n=4) dos trabalhos abordaram a disciplina Português. O mesmo score foi obtido por trabalhos que não especificaram a disciplina abordada, e apenas um trabalho abordou várias disciplinas.

A Figura 7 apresenta as disciplinas teses e dissertações analisadas pelos materiais didáticos de acordo com as



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Entre as várias disciplinas abordadas em um único estudo destacou-se a dissertação de mestrado de Santos (2018). A autora realizou uma pesquisa longitudinal abrangendo o período entre 1944 e 2015 investigando não só as diversas disciplinas abrangidas por esses materiais, como também as instituições envolvidas na produção desse material – entre elas as equipes de missões dos salesianos, do *Summer Institute of Linguistics*, do Conselho Indigenista Missionário, e de organizações não governamentais, como o Centro de Trabalho Indigenista, a Comissão Pró-Índio do Acre, o Instituto Socioambiental, bem como por órgãos associados ao governo e à educação escolar indígena. A autora realizou um levantamento em diversos acervos de bibliotecas,

instituições de pesquisa e organizações não governamentais resultando na identificação de 566 materiais didáticos de várias tipologias, tais como cadernos de exercício, cartilhas, catecismos, livros didáticos, livro do professor, livro de leitura, livro de consulta. Também foram identificadas as etnias para as quais esses materiais eram destinados. É um amplo e relevante estudo de leitura obrigatória para aqueles que se interessam pela temática da educação escolar indígena.

Por último, mas não menos importante, também foram investigadas as diversas etnias (n=42) que estão representadas ou para as quais foram elaborados materiais didáticos abordados nas teses e dissertações (n=32).

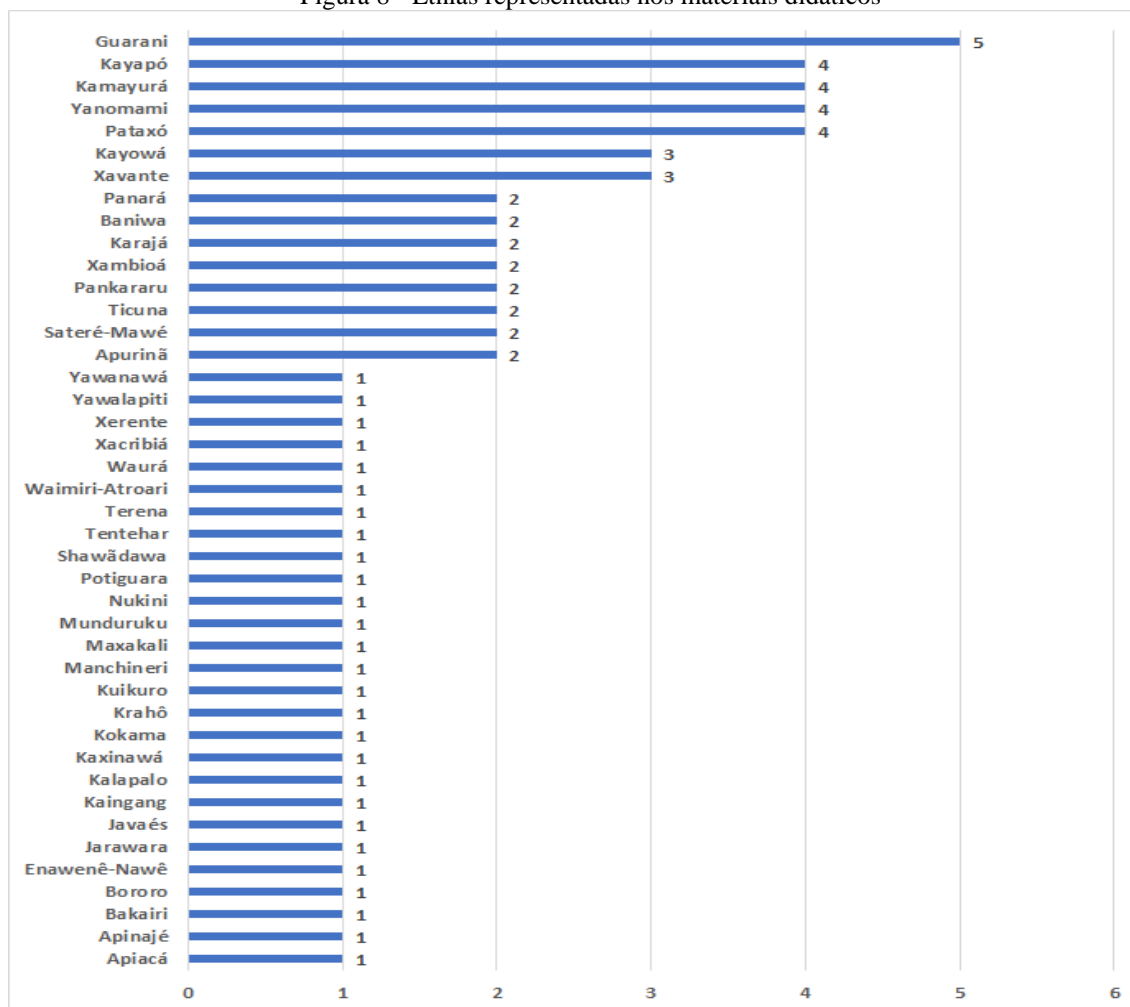
Vale observar que um único trabalho pode ter abrangido mais de uma etnia,

como por exemplo, o estudo de Lima (2016) que contemplou os Apinajé, Javaés, Karajá, Krahô, Pankararu, Xambioá, Xerente; a pesquisa de Monteiro (2012) que focalizou os Apiacá; Ticuna, Kaiowá, Pataxó, Guarani; Yanomami; Kamayurá; e a dissertação de mestrado de Nobre (2017) que enfocou os Kalapalo, Kamayurá; Kayapó, Xavante, Yanomami, Yawalapiti, Waurá.

Além disso, alguns poucos trabalhos (n=4) não declararam para qual etnia os materiais didáticos foram elaborados ou analisados.

Na Figura 8, a seguir, podem ser observadas as etnias que estão representadas nas teses e dissertações analisadas.

Figura 8 - Etnias representadas nos materiais didáticos



Fonte: Elaborada pelos autores (2019).

Nessa ampla diversidade de etnias (n=42) relacionadas na Figura 8 nota-se a preponderância da Guarani (n=5), Kayapó

(n=4), Kamayurá (n=4), Yanomami (n=4), Pataxó (n=4), Kayowá (n=3) e Xavante (n=3). Um segundo grupo de etnias (n=8)

também foi representado nos materiais didáticos, a saber: Apurinã, Sateré-Mawé, Ticuna, Pankaru, Xambioá, Karajá, Baniwa, Panará.

Com menor incidência nas teses e dissertações analisadas, outros povos indígenas não deixaram de ser considerados quando se tratou da elaboração e análise de materiais didáticos específicos e diferenciados: Apiacá; Apinajé; Bakairi; Bororo; Enawenê-Nawê; Jarawara; Javaés; Kaingang; Kalapalo; Kaxinawá; Kokama; Krahô; Kuikuro; Manchineri; Maxakali; Munduruku; Nukini; Potiguara; Shawãdawa; Tentehar; Terena; Waimiri-Atroari; Waurá; Xacriabá; Xerente; Yawalapiti; Yawanawá.

A despeito do amplo universo de etnias indígenas existentes no país (n=305) conforme dados do IBGE (2012), apenas 13,7% (n=42) foram focalizadas nas teses e dissertações analisadas.

Conclusões

Ao retomar a questão de pesquisa inicial – como se configura a produção científica que aborda a elaboração e análise de materiais didáticos específicos e diferenciados no contexto da educação escolar indígena – os resultados obtidos revelaram que existe um pequeno mas relevante contingente de teses e dissertações que se preocuparam com a

elaboração e análise de materiais didáticos para as populações indígenas.

Entre outros aspectos, a análise das teses e dissertações revelou a tipologia dos materiais didáticos, o nível de ensino, as disciplinas e as etnias às quais são destinados. A preocupação em romper com os desafios e complexidade inerentes à discussão sobre os materiais didáticos, caracterizados por Meliá (1979) como sendo “de” e “para” indígenas, se refletiu na produção científica analisada, demonstrando que no contexto da educação escolar indígena é fundamental garantir a participação dessa população na sua elaboração, bem como a necessidade de um olhar crítico sobre a representação dos povos indígenas em livros didáticos e outros tipos de materiais. Como referem Siekmann, Webster, Samson e Moses (2017, p.2), “as crianças aprendem melhor quando se vêem e sua cultura representada em materiais utilizados na instrução escolar.”

Outro aspecto que chamou atenção está relacionado à distribuição dos trabalhos defendidos nos programas de pós-graduação, ao identificar que a maioria (n=10) está vinculada à área de Educação. Quando são comparados com o total de programas existentes nessa área no país (n=176), de acordo com os dados do Geocapes (CAPES, 2018b), esses achados

representam apenas 5,7% desse total. Ou seja, a temática da educação escolar indígena ainda está sub-representada tanto nos programas de pós-graduação da área de Educação, quanto nas demais áreas.

Observou-se que a distribuição temporal dos trabalhos analisados abrangeu o período de 1996 a 2018, contudo há lacunas na produção científica referentes aos anos de 1997, e entre 2002 a 2005 e entre 2010 a 2011. Os hiatos de produção científica nesse ano e períodos, embora coincidam com a promulgação de legislação e diretrizes específicas para a educação escolar indígena, podem sinalizar que os pesquisadores necessitem de um tempo mínimo necessário para que um fenômeno seja estudado e que as ideias sobre ele sejam maturadas antes de se transformarem em objeto de estudo e pesquisa.

Por exemplo, apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, 1996) ter garantido o direito aos povos indígenas a uma educação que contemple sua diversidade sociocultural e linguística, nos anos de 1996, 1998, 2001, e no período entre 2006 e 2008, foram defendidos poucos trabalhos (n=8). Isso pode denotar que os pesquisadores não foram movidos por um impulso imediatista na busca por temáticas relacionadas à educação escolar indígena. Todavia, o

reflexo de legislações e diretrizes estabelecidas no período entre 2009 e 2018 parece que impulsionaram mais rapidamente as pesquisas realizadas (n=24) subsequentemente.

A pesquisa também revelou que o material didático mais investigado nas teses e dissertações analisadas foi o livro didático, presente em 62,5% dos trabalhos. Todavia, cumpre mencionar que em todos esses trabalhos estiveram presentes vários aspectos do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) criado em 1983, no final da ditadura militar brasileira. Entretanto, devido à complexidade dos aspectos que cercam esse Programa, e que exigiriam um maior espaço para o tratamento desse tema, essa discussão não foi levada a cabo nesse artigo, constituindo-se, portanto, em possibilidades para serem exploradas em futuras pesquisas.

Apesar da diversidade de etnias que foram abordadas nos materiais didáticos nas teses e dissertações analisadas ainda há um longo caminho a ser percorrido, seja para identificar e analisar a singularidade desses materiais, quanto para contemplar outros povos indígenas que foram excluídos do processo de educação escolar. Pesquisas com esse enfoque muito podem contribuir para a elaboração de material didático específico e diferenciado para a educação escolar indígena.

Também como sugestões para futuros estudos recomenda-se a ampliação do corpus de investigação, bem como a consulta a outras bases de dados. Finalmente, cumpre mencionar que os achados da pesquisa devem ser relativizados frente ao tamanho da amostra analisada. Não obstante, no lugar de se constituírem em limitações, os resultados obtidos sinalizam a necessidade de outros estudos correlatos, tendo como fonte de dados, por exemplo, outros tipos documentais, tais como artigos publicados em periódicos, os quais permitirão comparações com as teses e dissertações, bem como possibilitarão identificar outras questões que perpassam o debate acadêmico sobre tão relevante temática que é a elaboração de materiais didáticos específicos e diferenciados para a educação escolar indígena.

Referências

Barros, A. de N. N. (2001). *O silenciamento nas avaliações dos livros didáticos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Biazetto, F. C. B. (2017). *As confluências das tradições literárias escritas e orais nos livros didáticos: um estudo das representações das literaturas africanas, afro-brasileira e indígenas nos materiais do Programa Nacional do Livro Didático* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

<https://doi.org/10.11606/T.8.2018.tde-02022018-104235>

Bonazzi, M., & Eco, U. (1972). *Mentiras que parecem verdades*. São Paulo, Summus Editorial.

Borges, P. H. P. (1998). *Ymã, ano mil e quinhentos: escolarização e historicidade Guarani mbya na aldeia de Sapukai* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm.

Carvalho, A. L. A. (2006). *O geoprocessamento na gestão ambiental em terras indígenas: uma experiência com etnomapeamento junto à comissão pró-índio do Acre* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.8.2006.tde-18062007-151236>

Choppin, A. (2004). História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, 30(3), 549-566. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022004000300012>

Costa, A. E. P. (2012). *O ensino de história da América: trajetórias e as representações sobre os indígenas nos livros didáticos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Cruz, J. D. S. (2009). *Os índios nos livros didáticos de história do Brasil no ensino fundamental: uma leitura crítica e propositiva de abordagens interdisciplinares da antropologia com a história* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Capes). (2018a). *GeoCapes*. Recuperado de <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. (Capes). (2018b). *Geocapes: distribuição de programas de pós-graduação no país por área de avaliação*. Recuperado de <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>

Decreto nº 26, de 4 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre a Educação Indígena no Brasil. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0026.htm

Decreto nº. 6.861/2009, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d6861.htm

Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena de 1991. Elaborado pelo comitê de Educação Escolar Indígena. Recuperado de https://www3.ufpe.br/remdipe/images/documentos/edu_escolar/ml_04.pdf

Deluci, L. A. S. M. (2013). *Ti'a roptsimani'õ: os A'uwẽ Marãiwatsédé tecem saberes para a construção de uma proposta curricular intercultural* (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília, Brasília.

Duarte, E. V. (2009). *Concepção e elaboração de materiais de ensino para povos indígenas: o caso Apurinã*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém.

Esen, M., Bellibas, M. S., & Gumus, S. (2018). The evolution of leadership research in high education for two decades (1995-2014). A bibliometric and content

analysis. *International Journal of Leadership in Education*, 21, 1-16, <https://doi.org/10.1080/13603124.2018.1508753>

Ferreira, R. E., Tavares, C. M. M., & Kebian, L. V. A. (2018). Produção científica relacionada ao mestrado profissional em Enfermagem. *Revista de Enfermagem UFPE online*, 12(3), 763-771. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v12i3a230612p763-771-2018>

Freitag, B., Motta, V. R., & Costa, W. F. (1987). *O estado da arte do livro didático no Brasil*. Brasília: INEP.

Gobbi, I. (2006). *A temática indígena e a diversidade cultural nos livros didáticos de história: uma análise dos livros recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Grupioni, L. D. B. (1995). Livros didáticos e fontes de informações sobre as sociedades indígenas. In A. L. Silva, & L. D. B. Grupioni (Eds.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º* (pp. 481-526). Graus. Brasília: MEC/MARI/UNESCO.

Grupioni, L. D. B. (2001). Legislação escolar indígena. In M. A. Marfan (Ed.). *Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores: educação escolar indígena* (pp. 130-136). Brasília: MEC/SEF.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE) (2012). *Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo*. Brasília: IBGE.

Ives, N. O. (2014). *Educação infantil Tentehar: encontro e (des) encontros no limiar de um diálogo intercultural*

(Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém.

Lei nº 9394 de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

Lei nº. 11.645, de 10 de março de 2018. Altera a Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

Lei 12.416, de 9 de junho de 2011. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2011/Lei/L12416.htm

Lei no. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm

Lima, A. C. S. (1995). Um olhar sobre a presença das populações nativas na invenção do Brasil. In A. L. Silva, & L. D. B. Grupioni (Eds.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º. e 2º. Graus* (pp. 407-424). Brasília: MEC/MARI/UNESCO.

Lima, J. F. (2016). *O indígena no livro didático: possibilidades e desafios no uso da linguagem imagética no ensino de História* (Dissertação de Mestrado Profissional). Universidade Federal do Tocantins, Palmas.

Lira, M. J. O. (2015). *Materiais didáticos e mediação do ensino-aprendizagem em escolas Sateré-Mawé* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

Luca, T. R. (2009). Livro didático e estado: explorando possibilidades interpretativas. In H. A. B. Rocha, L. Reznik, & M. S. Magalhães (Eds.). *A história na escola: autores, livros e leituras.* (pp. 151-172). Rio de Janeiro: Ed. FGV.

Macêdo, C. S. (2009). *O índio como o outro: o desafio de construir uma identidade positiva a partir dos livros didáticos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

Maroldi, A. M. (2017). *Estudos bibliométricos sobre educação indígena: frente de pesquisa, vida média e obsolescência da literatura citada em teses e dissertações* (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Maroldi, A. M., Lima, L. F. M., & Hayashi, M. C. P. I. (2018a). A produção científica sobre educação indígena no Brasil: uma revisão narrativa. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 13, 931-952.

<https://doi.org/10.21723/riaee.v13.n3.2018.10211>

Maroldi, A. M., Lima, L. F. M., & Hayashi, M. C. P. I. (2018b). Análise de citações presentes em teses e dissertações em educação indígena. *Informação & Informação (Online)*, 23, 177-201.

Maroldi, A. M., Lima, L. F. M., Hayashi, C. R. M., & Hayashi, M. C. P. I. (2017a). Panorama bibliométrico das teses e dissertações sobre educação indígena. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 2(2), 677-707. <https://doi.org/10.20873/uft.2525-4863.2017v2n2p677>

Maroldi, A. M., Lima, L. F. M., Hayashi, C. R. M., & Hayashi, M. C. P. I. (2017b). Frente de pesquisa de títulos de livros: um estudo aplicado ao campo da educação indígena. *Informação em Pauta*, 2, 35-54.

Meliá, B. (1979). *Educação indígena e alfabetização*. São Paulo: Loyola.

Mello, R. R., Sousa, M. M., & Palomino, T. J. (2018). Indigenous school education in Brazil. Noblit, G. W. (Ed.). *Oxford Research Encyclopaedias: Education*. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780190264093.013.244>

Monteiro, D. F. C. (2012). *Indígenas e iconografia didática: a imagem dos índios nos manuais de história do Programa Nacional do Livro Didático* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

Moraes, M. B. (2009). *Discurso(s) do(s) outro(s) na imagem de si: um estudo discursivo dos textos didáticos destinados à formação de formadores indígenas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Nincao, O. S. (2008). *Koho Yoko Havovo/O Tuiuiu e o Sapo: biletamento,*

identidade e política linguística na formação continuada de professores Terena (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Nobre, F. N. (2017). *Nos meandros do (re)conhecimento: a temática indígena em livros didáticos de História no contexto de implementação da Lei 11.645/08 (2008-2014)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

Palhares, L. M. (2012). *Entre o verdadeiro histórico e a imaginação criadora: ilustrações sobre história e cultura dos povos indígenas em livros didáticos de História* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Parecer nº. 14 de 1999. Dispõe sobre as Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas. Recuperado de http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf

Portaria nº 734, de 7 de junho de 2010. Dispõe do Regimento Interno da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2015-pdf/17945-23072015-edital-de-chamada-publica-cneei-032015/file>

Portaria nº 1.062, de 30 de outubro de 2013. Institui o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais. Recuperado de http://www.lex.com.br/legis_25017657_PORTARIA_N_1062_DE_30_DE_OUTUBRO_DE_2013.aspx

Quaresma, F. J. P. (2012). *Análise de livros didáticos do povo indígena Mebêngôkre* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém.

Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas de 1998. Estabelece diretrizes gerais para o trabalho educativo

junto às comunidades indígenas pautadas na pluralidade e diversidade das múltiplas programações curriculares dos projetos históricos e étnicos específicos. Recuperado de <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002078.pdf>

Referenciais para a formação de professores indígenas de 2002. Dispõe sobre a formação de professores indígenas no Brasil. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Livro.pdf>

Redondo, M., Sánchez-Garcia, P., & Etura, D. (2017). Research on ethics education for journalists in Spain. Bibliometric analysis and applied educational terms (2005-2015). *Revista Latina de Comunicación Social*, 72, 235-252. <https://doi.org/10.4185/RLCS-2017-1163>

Resolução nº. 3 de 1999. Fixa Diretrizes Nacionais para o funcionamento das escolas indígenas e dá outras providências. Recuperado de <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CB0399.pdf>

Resolução nº 5, de 22 de junho de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica. Recuperado de <http://mobile.cnte.org.br:8080/legislacao-externo/rest/lei/86/pdf>

Rubim, A. C. (2016). *O reordenamento político e cultural do povo kokama: a reconquista da língua e do território além das fronteiras entre o Brasil e o Peru* (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília.

Sánchez, D. G. G. (2018). *Ausências ou presenças ausentes? Os povos indígenas nos livros didáticos de Foz do Iguaçu* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Sanchez, L. A. (2015). *Ensino de história indígena através do cinema: uma experiência pedagógica* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.8.2014.tde-02062015-170411>

Santos, E. A. (2017). *Livros escolares diferenciados para indígenas* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de São Paulo, São Paulo. <https://doi.org/10.11606/D.8.2017.tde-04102017-183204>

Santos, K. R. (2012). *Representações sobre indígenas em textos escritos e imagéticos de livros didáticos de história do Brasil (1920/2010)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Aracaju.

Santiago, L. A. S. (2007). *As sociedades indígenas no entrecruzamento do prescrito e do vivido na cultura escolar* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Scaramuzzi, I. A. B. (2008). *De índios para índios: a escrita indígena da história* (Dissertação de Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

Schäffer, N. O. (1988). O livro didático e o desempenho pedagógico: anotações de apoio ao livro texto. *Boletim Gaúcho de Geografia*, 16, 3-18. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/37977/24472>

Siekman, Webster, J. P., Samson, S. A., & Moses, C. K. (2017). Teaching our way of life through our language: materials development for indigenous immersion education. *Cogent Education*, 4, 1362887. <https://doi.org/10.1080/2331186X.2017.1362887>

Silva, M. A. (2012). A fetichização do livro didático no Brasil. *Educação &*

Realidade, 37(3), 803-821.
<https://doi.org/10.1590/S2175-62362012000300006>

Silva, E. J. A. (2014). *O outro lado do espelho: a representação do índio em livros didáticos* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

Silva, M. S. (2016). *Etnoconhecimentos na educação intercultural de índios urbanos Sateré-Mawé/AM* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Maranhão, São Luís.

Silva, M. C. R. (2015). *Coleção Girassol: livro didático de alfabetização em contexto indígena - (des)encontros entre o proposto e o realizado* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Mato Grosso, Campo Grande.

Silva, M. R., Hayashi, C. R. M., & Hayashi, M. C. P. I. (2011). Análise bibliométrica e cientométrica: desafios para especialistas que atuam no campo. *INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 2, 110-129. <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v2i1p110-129>

Sousa, J. D. (2013). *Professores indígenas Maxakali e a prática em suas aldeias: mudanças e entraves* (Dissertação de Mestrado Profissional). Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

Valentini, R. E. (2018). *Pensando com o outro: a temática indígena e as possibilidades didáticas nos vídeos do Youtube* (Dissertação de Mestrado Profissional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Vencio, E. (1996). *Cartas entre os Jarawara: um estudo da apropriação da escrita* (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Informações do artigo / Article Information

Recebido em : 09/05/2020
Aprovado em: 01/08/2020
Publicado em: 26/09/2020

Received on May 09th, 2020
Accepted on August 01st, 2020
Published on September, 26th, 2020

Contribuições no artigo: Os autores foram os responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

Author Contributions: The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

Conflitos de interesse: Os autores declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

Conflict of Interest: None reported.

Orcid

Maria Cristina Piumbato Innocentini Hayashi



<http://orcid.org/0000-0003-1250-3767>

Alexandre Masson Maroldi



<http://orcid.org/0000-0002-6592-7750>

Carlos Roberto Massao Hayashi



<http://orcid.org/0000-0003-1481-5545>

Como citar este artigo / How to cite this article

APA

Hayashi, M. C. P. I., Maroldi, A. M., & Hayashi, C. R. M. (2020). Estudo bibliométrico de teses e dissertações brasileiras (1996-2018) sobre materiais didáticos específicos e diferenciados para populações indígenas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 5, e9151. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9151>

ABNT

HAYASHI, M. C. P. I.; MAROLDI, A. M.; HAYASHI, C. R. M. Estudo bibliométrico de teses e dissertações brasileiras (1996-2018) sobre materiais didáticos específicos e diferenciados para populações indígenas. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 5, e9151, 2020. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e9151>